

Artigo de Revisão

Lutas e escolas de ofício: analisando o judô brasileiro¹

Alexandre Janotta Drigo²

FAM – Faculdade de Americana, SP, Brasil

NEPEF – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Formação Profissional no Campo da Educação Física, UNESP, SP, Brasil

Resumo: Esta palestra, apresentada no IV SEPEF, foi oriunda de estudos desenvolvidos a partir de diversas óticas, abordando as artes marciais, esportes de combates ou lutas. O principal objeto de análise foi o judô, onde vários elementos apresentados, como documentos de entidades dirigentes do desporto no Brasil, desempenho dos atletas Olímpicos e discursos produzidos por representantes da lutas permitiram refletir sobre a relação entre a formação artesanal do faixa-preta e a formação acadêmica em Educação Física, no âmbito desta modalidade.

Palavras-chave: Judô. Escolas de ofício. Profissão.

Fights and office schools: analyzing the brazilian judô

Abstract: This lecture, presented in IV SEPEF, has origin in studies developed about different points of view, approaching the martial arts, combat sports or fights. The grand question of analysis was the judô, where many elements presented, as leads corporations of brazilian desportes documents, Olympic athletes performance and speechns produced by fights agents allowed a reflection about the relationship between the artesanal formation of black-belt and the academic formation in Physical Education, in the ambit of this modality.

Key Words: Judô. Office schools. Profession.

Introdução

O judô é uma luta de origem oriental que através do desporto conquistou seu apogeu, tanto em sua divulgação como na prática globalizada, sendo a primeira modalidade de luta oriental a tornar-se Olímpica. O objetivo deste ensaio, conseqüentemente, será de provocar uma reflexão sobre esta área da atividade física em relação à formação artesanal, conforme a temática sugerida pelo Seminário de Estudos e Pesquisas em Formação Profissional no Campo da Educação Física (IV SEPEF): “DAS ESCOLAS DE OFÍCIO À PROFISSÃO EDUCAÇÃO FÍSICA”.

Mantendo-se fiel ao tema proposto buscar-se-á durante o texto enfatizar o entendimento da formação de instrutores e técnicos de judô e sua relação com o processo de formação por escolas de ofício ou artesanais (RUGIU, 1998), fazendo inserções sobre o que alguns autores entendem por Formação Profissional relacionada com a Educação Física.

Neste recorte, ainda pensando na adequação à temática proposta, enunciam-se os elementos pertinentes à formação e a capacitação do técnico desportivo para a modalidade, limitando-se a destacar apenas três características artesanais, dentre várias propostas por [Rugiu](#) (1998), a saber:

- Os aprendizes em essência aprendem fazendo;
- Apresentam uma imagem valorizada do mestre e;
- As atividades práticas são consideradas tão formativas do caráter quanto os estudos formais.

Outras características, como a presença de Corporações de Ofício, a construção da obra prima, o “Santo Padroeiro” etc, apesar de terem sido abordadas em estudos anteriores ([DRIGO](#), 2007) e serem importantes para a caracterização do espaço social do Judô, não serão aprofundados neste ensaio para manter o enfoque no modelo de formação presente na modalidade.

O texto também se apoiará em algumas fontes documentais de entidades representativas desta modalidade como a Confederação Brasileira de Judô, Federação Paulista de Judô e Liga Paulista de Judô (CBJ, FPJ e LPJ respectivamente).

¹ Este ensaio é proveniente dos estudos realizados durante o processo de doutoramento do autor, tendo recebido o apoio da Capes.

Contexto histórico do artesanato: a pré-modernidade

No escopo deste texto, se estará abordando o artesanato com foco nas estruturas de escolas de ofício da Idade Média - descritas por [Rugiu](#) (1998) – já que o modelo de formação destas escolas não é apenas pautado em simples aprendizado de técnicas, mas possuem todo um arcabouço de propriedades, normas, relações internas e externas de poder – entre os próprios membros e entre os poderes da ordem político-religiosa vigente -, determinando uma complexidade de engajamentos que ainda hoje apresentam características similares em várias instituições modernas. Estas às vezes são bem evidentes como no caso estudado.

Apesar de não aprofundar a questão dos eventos históricos relacionados ao ofício do artesão europeu, ao considerar o período Medieval Europeu ou da pré-modernidade - que se localiza desde a história ocidental registrada até as revoluções científica e industrial do século XVII e XVIII ([DOLL JR](#), 1997) – torna-se importante ressaltar, neste momento, os seguintes aspectos:

1. Como período anterior ao Iluminismo, implica no **não** desenvolvimento da ciência e numa visão de mundo Teocêntrica;
2. Modelo de trabalho artesanal, pois, compreende uma fase histórica anterior à Revolução Industrial, esta geradora da necessidade da formação profissional;
3. Ambas as informações convergem para a obviedade de constatar que a base do conhecimento do trabalho artesão são os saberes da prática (saber fazer), contrário do conhecimento científico que alicerça a profissão.

Estas constatações são de grande importância para a compreensão das idéias trabalhadas neste ensaio, pois ao entender as relações entre a ciência e o “Mundo do Trabalho”, entendem-se também as implicações destes fenômenos sociais em relação ao judô e à formação de seus atletas e técnicos, o que constitui a base dos questionamentos do estudo e o ponto que levará às análises posteriores.

O artesanato, portanto, pautado nesta pré-modernidade apresentaria características particulares estudadas por [Rugiu](#) (1998) referente à Europa e [Cunha](#) (1995) focado no Brasil Colonial. Apesar destes referenciais não abordarem o ofício oriental ou japonês, as características que descrevem correspondem ao

que foi estudado em [Drigo](#) (2007) e posteriormente sintetizado neste texto.

Em contrapartida, a profissão estaria dentro do paradigma Moderno, centrado na ciência moderna, que sendo considerado por [Doll Jr.](#) (1997) o período limitado por dois nomes da História, Copérnico e Einstein, estes sendo “pontes entre os paradigmas”, em que cada um estaria no limite do entendido como pré e pós-modernidade, ficando a profissionalização evidenciada pelo trato científico que sustenta sua prática ocupacional.

As características das **escolas de ofício** anunciadas anteriormente têm como ponto de partida a análise do artesanato e sua relação com as artes marciais e lutas. Conforme registrado por [Rugiu](#) (1998) estas possuem três particularidades que, por ora, são coincidentes e se apresentam nas artes marciais. Desta forma, a dessecação destas unidades de análise será apresentada a seguir, lembrando que algumas – ou várias – destas interagem em relação as suas características, pois possuem caráter de interdependência de informações:

Os aprendizes em essência aprendem fazendo

A essência do trabalho artesanal implica na competência do *saber fazer*, e é fazendo que se aprende o ofício. Apesar de o Mestre ser o molde do aprendiz, o ensino das habilidades não era aleatório - ponto interessante abordado por [Cunha](#) (2000) - pois havia possibilidade de existir normas (poucas ou algumas) reguladoras da aprendizagem artesanal, sendo estas controladas pelas corporações de ofício, que exercem também o controle sobre o mercado de trabalho.

A concepção da formação do artesão (ou mestre) está direcionada para o trabalho de anos como aprendiz, sendo que através de atividades essencialmente práticas conquista uma destreza suficiente para conseguir construir, no final deste processo, uma “Obra Prima” que deverá ser apresentada a Corporação de Ofício. Esta por sua vez é representada por uma banca especialmente selecionada, para que, pela apresentação da sua capacidade de trabalho dentro da sua especialidade, seja considerado pertencente ao grupo gerenciado pela Corporação, ou seja, um mestre ou artesão.

Todo aprendizado ocorria na oficina do mestre, e o estudo era caro - principalmente a execução da "Obra prima" - o que gerava hierarquias baseadas no poder de pagamento que a família do aprendiz possuía. As estruturas destas oficinas eram então relacionadas ao trabalho e a possibilidade de pagamento que cada indivíduo possuía, sendo que os menos afortunados que não completavam todo o processo, ficavam como trabalhadores ou artesãos associados ao mestre e tornavam-se, através da observação de seu trabalho pelos aprendizes, co-participantes do processo de formação. Neste sentido, [Rugiu](#) (1998) apresenta pistas sobre a didática da "oficina", citadas a seguir:

- Não havia divisões por idade dos alunos, podendo haver um aluno de quinze ao lado de um de trinta e cinco e ser considerado normal;
- Porém eram respeitados determinados critérios com base na idade e na competência;
- Os alunos eram exclusivamente, ou desempenhavam apenas o papel de expectador e ouvinte;
- Havia divisões de trabalho e hierarquia ou diversidade de posições entre auxiliares, trabalhadores e aprendizes;

Nesta perspectiva, a relação dos saberes da prática, ainda segundo [Rugiu](#) (1998), irão se dar de pai para filho ou de mestre para discípulo podendo, porém, ainda em alguns casos, transmitirem-se através de escolas, estas organizadas e mantidas por cooperativas ou associações de artesãos. Frente ao exposto, ainda é interessante conotar que, [Rugiu](#) (1998), confere ao ensino um caráter rígido em relação à organização de suas atividades, como se existisse um saber secreto, ou mistério, que seria o segredo dos seus procedimentos e seus ritos, estes guardados pelos iniciados e, onde se acredita estarem compreendidos os procedimentos didáticos para a iniciação gradual dos melhores ajudantes ou aprendizes-mestres.

Apresenta uma imagem valorizada do mestre

O sentido inicial da educação artesanal pode ser identificado pela relação mestre e aprendiz, sendo esta relação a base da construção dos saberes, dando sentido ao termo aprender ou "saber fazer". [Cunha](#) (2000) considera que:

A educação artesanal desenvolve-se mediante processos não sistemáticos, a partir do trabalho

de um jovem aprendiz com um mestre de ofício, em sua própria oficina, com seus próprios instrumentos e até mesmo morando em sua própria casa. Ajudando-o em pequenas tarefas, que lhe são atribuídas de acordo com a lógica da produção, o aprendiz vai dominando aos poucos o ofício. ([p.2](#))

Como dito anteriormente, a didática interna e as estruturas do curso formativo das Corporações, "os segredos" do ofício dado nas oficinas, constituem algumas pistas sobre seus métodos, mas dificultam o entendimento global de sua logística de funcionamento. Consequentemente, [Rugiu](#) (1998), considera que o que de fato afirma-se é, que até o século XIV foi concedida ampla liberdade aos mestres em relação às decisões de duração e forma de gerenciar seus aprendizes. O mestre era assim considerado "um verdadeiro patriarca na comunidade formativa" (*op. cit., p.39*), ainda que, essa relação pudesse se estender da oficina até a própria casa.

Apesar de merecer uma análise mais detalhada, convém chamar a atenção para a semelhança entre as corporações de Ofício e as Federações Esportivas de lutas, o que pode ser observado pelo fato de serem as Federações que controlam as atividades dos desportos de lutas, desde a iniciação como praticante, até o aval para o reconhecimento das performances (controle das faixas) e a formação ou reconhecimento do professor/ técnico, ou mestre da modalidade.

As atividades práticas são consideradas tão formativas do caráter quanto os estudos formais

A experiência artesã ainda pode ser considerada por muitos autores, segundo [Rugiu](#) (1998), como possuidora de aspectos essenciais de formação, visto como experiência ideal para instruir e se educar, para tornar-se "hábil com as mãos e rápido com a cabeça". Considerando a "habilidade obtida pelo exercício" como importante para o aprendizado de gramática, religião, geometria, pintura, esgrima, dança, e também apontado pelo autor, os trabalhos em madeira e ferro e outras artes úteis. Isto denota que, as atividades práticas são, portanto, *formativas do caráter*, tanto quanto os estudos formais, onde, de acordo com [Rugiu](#) (1998), considera que há nesta fase da humanidade, um desprezo pelo ócio e por passatempos fúteis e a valorização do próprio trabalho e de outros. Este

caráter inova a História da Europa Medieval, onde até então o trabalho braçal era algo relegado aos escravos, o que [Cunha](#) (2000, p.8) considera como “desprezo pelo trabalho manual” iniciado pelos gregos a partir do século IV a.C e valorizado pela nobreza Européia nos reinados absolutistas.

Várias das características citadas sobre o artesanato e a formação do aprendiz apresentam, ainda hoje, características semelhantes em diversos segmentos de nossa sociedade, como as orientações nas Universidades, às defesas de teses (“Obra Prima”) e, aparentemente, na forma das graduações e funcionamento das entidades dirigentes de lutas.

Entre o artesanato e a profissão

O surgimento da indústria e o desenvolvimento das artes liberais foram as mudanças mais pontuais ocorridas na sociedade para as quais se delegou o declínio da fase artesã na Europa. Com a introdução da indústria [Cunha](#) (2000) descreve que:

A propriedade dos locais e dos instrumentos de trabalho não é dos trabalhadores, assim como não são de sua propriedade os produtos. Enquanto que na educação artesanal a finalidade, ao menos tendencial, é que o aprendiz possa vir a ser um mestre de ofício, que abra sua própria oficina, na educação industrial a finalidade é um posto bem delimitado numa divisão complexa de trabalho, como trabalhador assalariado. (p.3)

A manufatura entra, então, na troca da concepção da relação mestre e discípulo para a concepção das relações de dinheiro entre trabalhador e capitalista ([RUGIU](#), 1998). Já o papel das artes liberais e artes mecânicas, na visão de [Cunha](#) (2000), apresenta uma nova divisão hierárquica interna, provocada pela separação interna dos alfabetizados e os analfabetos, que, com a difusão da imprensa do século XVI, concatenaram-se para que, progressivamente, as Corporações de Ofício Mecânicas fossem se diluindo pela exigência da manufatura. Lembrando que para [Rugiu](#) (1998), as artes mecânicas eram atividades dos operários e encontravam-se abaixo da escala social, quando relacionadas às artes liberais, definidas como sendo os cursos de trívio e quadrívio, e depois Teologia e Direito, e mais tarde ainda a Medicina. As artes liberais eram as atividades, para a época, dignas de um homem livre, sendo que, ser livre para [Rugiu](#) (1998, p.32)

significava ser livre da necessidade de ter que trabalhar para viver, sendo que essa liberdade era exercida “principalmente com o instrumento líber (livro) o único e verdadeiramente digno de um homem líber (livre)”.

Constata-se, portanto, que se inicia o declínio da era do “saber fazer” que, seguindo o pensamento de [Rugiu](#) (1998), seremos levados ao entendimento de que a indústria destruiu o que era pedagogicamente válido no artesanato, como:

- Raciocinar e fixar os objetivos da atividade;
- Verificar e retificar constantemente a atividade pela avaliação final do produto;
- Dominar todo o ciclo, cuidar de todas as “entradas e saídas”;
- Em geral, estar com *um olho na oficina e outro na rua*.

E também, ainda segundo o pensamento de [Rugiu](#) (1998), pode-se entender que a prática da Corporação tinha um grande valor educativo, que seria dividido por dois modos, a saber:

- Mediante o trabalho desenvolvido em contato com grandes mestres e;
- Associação de arte e prática profissional.

A idéia de este conhecimento ser desagregado da era industrial é clara na perspectiva de [Rugiu](#) (1998), como também é claro que após as primeiras fases da industrialização, houve uma tentativa de recuperação, buscando *ressuscitar* o papel educativo das Corporações, através da constatação da época de que, a indústria sempre oferece menos trabalho, e que ela seria a corruptora moral e cultural da sociedade da época e, logo seria reduzido a impotência. Desta forma, demonstra-se que a sociedade resistia às mudanças oriundas do novo mundo industrial, onde gerava principalmente um maior lucro acumulado em um grupo novo na relação, o capitalista, este que oferece os meios de produção, mas não educa, não proporciona a arte do ofício, sendo apenas uma “prisão ao servil sistema industrial”.

Estas mudanças decorrentes das transformações no entendimento do “mundo do trabalho” geraram novas construções sociais e modelos de sociedades que, apesar de novas, apresentam traços das descendências artesanais e das Corporações de Ofício em seu cotidiano.

A Ciência na formação profissional

O entendimento que se adota no texto do que se entende por profissão advém dos estudos de [Freidson](#) (1996), em virtude de simplificar a discussão para possibilitar o enfoque na relação dela – profissão – com a ciência. Portanto profissão seria um tipo específico de trabalho especializado, com independência de controle e jurisdição sobre um corpo especializado de conhecimentos e qualificações em uma divisão do trabalho específica controlada pelas ocupações participantes. Desta forma, no entendimento anterior de artesanato, observava-se o “saber fazer” como suporte do conhecimento do trabalho. Já para a profissão, tem-se que este conhecimento é trocado pelo científico. Ciência esta que passa a ser a “gerenciadora” e o suporte técnico-instrumental para aplicação da prestação de serviços à sociedade.

Neste caminho [Venuto](#) (1999, s/ p.) destaca que:

Os estudos na área das profissões tendem a destacar o caráter científico do conhecimento como principal recurso no processo de institucionalização da profissão, o elemento essencial para a aquisição de autoridade e inserção na hierarquia posicional vigente dentro do campo profissional.

Já como apresentado anteriormente, [Doll Jr](#) (1997, p.42) considera que a Modernidade ou, o paradigma moderno é pautado pela ciência clássica ou normal e, reflete que:

(...) a ciência moderna e a revolução industrial realmente trouxeram benefícios materiais como também conceitos de progresso, liberdade e realização individual, que não eram encontrados no pensamento pré-moderno. O pensamento moderno descortinou horizontes inacessíveis ao pensamento pré-moderno.

Em síntese, é interessante apontar o pensamento de [Venuto](#) (1999, s/ p.) como estruturador das relações entre organização profissional, ciência e ensino com o mercado. Ela considera que:

A maneira como os princípios legítimos no sistema cultural são integrados à estrutura de organização das profissões, além da forma como é institucionalizada a relação entre os grupos profissionais e o sistema social, podem ser destacadas como elementos importantes para compreender a posição e a função das profissões. Primeiro, a incorporação da racionalidade científica e da competência técnica no treinamento profissional legitima a autoridade profissional e garante o *status* da profissão, diferenciando-a dos demais grupos

ocupacionais. Segundo, a vinculação das profissões com a universidade estabelece uma distinção entre os grupos profissionais, as empresas capitalistas e as organizações burocráticas.

Estas características, ora apresentadas, indicam o peso da ciência no estabelecimento das profissões e abrem o caminho para o controle e autonomia de mercado pela sociedade moderna, posterior à revolução industrial. Os modelos encontrados pela modernidade, segundo [Doll Jr](#) (1997), quebraram a relação de harmonia entre o homem-natureza, existente no mundo pré-moderno, em que esta relação é trocada pelo encontro homem e máquina. Esta associação gerou críticas, principalmente ao seu caráter divisório e dualista de relações, onde a classificação e separação de elementos é condição desta nova realidade.

Esta mudança estrutural da sociedade moderna se dá, segundo [Tardif](#) (2002), pela divisão tanto social como intelectual das funções de pesquisa. Estas foram assumidas pela comunidade científica e as funções de formação assumidas por um corpo docente distanciado das instâncias de produção dos saberes. Ora, se as sociedades pré-modernas baseiam-se nos saberes técnicos e no saber fazer, torna-se necessária a renovação das diferentes funções ligadas ao trabalho. Desta forma, os integrantes dos grupos sociais derivados desta prática que assumiam a formação de seus membros em corporações de artesãos, devem entender as adaptações que ocasionaram essas transformações. Para [Tardif](#) (2002), estas adaptações em relação aos saberes e a formação para o trabalho seriam:

Os saberes técnicos e o saber fazer vão sendo progressivamente sistematizados em corpos de conhecimento abstratos separados dos grupos sociais – que se tornaram executores atomizados no universo capitalista – para serem monopolizados por grupos de especialistas e de profissionais integrados a sistemas públicos de formação.

Voltando para [Doll Jr](#) (1997, p.40) - após as transformações registradas anteriormente por Tardif – remeter-se ao moderno seria lembrar que “o tecnocrata moderno enfatiza o conhecimento excessivo numa área”. Este fato seria o redutor do entendimento de um conhecimento mais holístico e equilibrado. Como consequência haveria o início da exaltação ao profissionalismo, que é definido como um conceito modernista que valorizaria mais a perícia técnica do que uma

abordagem mais ampla sábia e holística ao conhecimento e a vida.

Enfim, [Venuto](#) (1999, s/ p.), confirma e resume a posição ou imposição que a ciência dá em relação à profissão, refletindo que:

De fato, é bastante pertinente frisar a importância que a estruturação do conhecimento com base na racionalidade científica exerce sobre o processo de consolidação do grupo profissional, pois sabe-se que nas sociedades modernas, a ciência tem funcionado como um dos recursos mais eficazes para a legitimação da autoridade. O problema aparece quando, nas análises, o conhecimento científico sobrepõe-se e relega a segundo plano — quando não exclui — uma série de outros recursos que têm peso qualitativo equivalente no processo de construção da profissão. Quando isto ocorre, é como se o conhecimento esgotasse em si todas as possíveis estratégias utilizadas pelos grupos ocupacionais, no sentido de se consolidarem como profissões. Ou seja, se o conhecimento específico não é estruturado em uma base científica, as possibilidades de transposição para o campo profissional ficam praticamente reduzidas à zero.

Ciências do desporto e a profissão educação física

Sabe-se que, a Educação Física é regulamentada pela Lei 9.696/98 ([BRASIL](#), 1998) e que as delimitações de seu campo de atuação são definidas no seu Art. 3º, onde é citado:

Art. 3º. Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto. ([BRASIL](#), 1998)

E que, coexiste com a regulamentação do desporto, a saber, que:

A Lei Federal 9.615/98, que institui normas gerais sobre o Desporto, em seu artigo 20º, determina que “as entidades de práticas desportivas (clubes) e as entidades nacionais de administração do desporto (Confederações, Federações e Ligas esportivas), de que trata o tal artigo, são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomo, que têm suas competências definidas em seus estatutos”. Essas entidades são responsáveis pela organização esportiva em nível nacional ou regional, que são organizados em Federações, Confederações e Ligas. ([DRIGO](#), 2002, p.03)

Deste modo, frente ao que se apresenta, pelo menos quando se relaciona ao desporto, é uma

ambigüidade de relações legais que, conforme foi apresentado até o momento, existe uma legislação que entende a formação profissional e reflete o caráter Acadêmico - científico do “Campo Esportivo”, representado pela Lei 9696/98 ([BRASIL](#), 1998). Em contrapartida, apresenta-se perante a sociedade outra legislação, que permite o agrupamento em entidades desportivas com direitos e autonomia que, pautado no desporto ou jogo, tem liberdade de ação perante os pressupostos apresentados do “saber fazer”. Embora haja um entendimento passível de ser considerado em relação à atuação profissional em que está referida a Lei supracitada, não se impediu os diversos questionamentos e re-análises por parte das autoridades, tendo como o exemplo mais concreto a formulação do PL 7370/03³.

São estas co-existências que permitem os conflitos sociais, ao mesmo tempo em que não possibilitam um estudo mais criterioso para a identificação das necessidades do desporto nacional, no seu âmbito geral, determinando a emergência da necessidade de fazê-lo como caráter prioritário ao entendimento da própria identidade da profissão Educação Física.

O corte que se fará neste momento tem o intuito de apresentar o suporte científico da profissão Educação Física, em que, apesar das muitas ciências que se inter-relacionam com esta área de atuação, optou-se por generalizar em Ciências do Desporto para:

- Dar continuidade ao entendimento da passagem de ofício (saber fazer) para profissão (Ciência);
- Refletir sobre a Educação Física restringindo a sua face desportiva (judô), não enfocando outros aspectos (a escolar, por exemplo), como é a proposta deste texto;
- Utilizar a terminologia Ciências do Desporto, como mediadora dos processos de desempenho e de formação técnica voltado ao desporto.
- Entender e respeitar a herança das investigações russas sobre o desporto e citar que a Comunidade Científica deste país utiliza-se do termo Ciência do Desporto ([SIFP](#) e [VERKHOSHANSKY](#), s.d.) que, por ora, pode-se atribuir ao elevado desempenho que eles obtiveram

³ PL 7370, Projeto de Lei que retira da atuação fiscalizadora dos conselhos de Educação Física as modalidades de artes marciais, yoga, capoeira e método pilates, ainda em tramitação no Congresso Nacional.

em eventos internacionais, porém melhores análises em relação à epistemologia deverão ser abordadas em estudos posteriores.

Começando a identificar as Ciências do Desporto, [Eliott e Mester](#) (2000) citam que a combinação do desporto e das ciências do exercício é um desenvolvimento recente, que emergiu de novas perspectivas das pesquisas científicas nas ciências físicas e biológicas do comportamento, sociais e médicas. Considera ainda que a base deste conhecimento cresceu dramaticamente nos últimos 20 anos. Um fator que chama atenção no pensamento científico atrelado ao desporto está para [Eliott e Mester](#) (2000, p. 17) intimamente ligado ao “desempenho desejado, livre de contusões e seguro emocionalmente”, aonde este seria o tema fundamental e motivante para as principais áreas de pesquisa desta ciência. [Bento](#) (1989, p.11) já fazia referência à existência da Ciência do Desporto e sua relação em “buscar respostas cientificamente fundadas para muitas questões colocadas pelo desporto”, porém reflete que:

Por outro lado a Ciência do Desporto conseguiu, em tempo curto, um volume considerável de conhecimentos empíricos e teóricos muito diferenciado – o que exige um esforço de integração, bem como a capacidade e disponibilidade para a cooperação e interação.

[Verjoshanski](#) (1990) discursa sobre a importância do conhecimento científico relacionado ao desenvolvimento atlético. Em suas argumentações aborda a relação entre o saber fazer e a ciência, mencionando a possibilidade de sucesso, em um passado recente, ser devido apenas à experiência pessoal do treinador, da tentativa e erro baseado apenas na instrução e princípios lógicos, contrapondo-se à atual evolução do desporto que se baseia em pressupostos mais objetivos, relacionada à planificação e estruturação. Essas conotariam as bases científicas do treinamento desportivo. [Verjoshanski](#) (1990, p.16) remete a importância da ciência na solução dos problemas metodológicos do treinamento, e informa que:

A preparação dos atletas de alto nível está ligada sobretudo a grandes estímulos dos sistemas funcionais vitais para o organismo e produzir um efeito de aumento dos níveis de trabalho a pontos muito elevados que atualmente, sem conhecimentos científicos e simplesmente apelando ao bom senso e intuição, não é possível resolver os complexos problemas do treinamento moderno.

Porém, ao identificar a ciência e sua relação com a Educação Física, surgem os problemas na legitimidade acadêmica, que ao menos no Brasil, é apontado por [Lovisolo](#) (1997) por considerar as questões da hegemonia e/ou as paradigmáticas que impossibilitam a construção de uma identidade disciplinar para a área. Estes fatos são apontados por ele, como sendo:

- A dificuldade de estabelecer acordos internos à comunidade de pesquisadores da “área disciplinar”;
- Dificuldade em estabelecer o objeto teórico próprio;
- Dificuldade em obter um consenso mínimo na área sobre as metodologias apropriadas para seu desenvolvimento.

Portanto, estes apontamentos permitem que [Lovisolo](#) (1997) conclua que a questão sobre a hegemonia, ou paradigma na Educação Física expresse as dificuldades, ou até mesmo, a impossibilidade da construção de uma tradição ou área disciplinar. Isto seria condição para que, no sentido estrito, a Educação Física possa ocupar um lugar na multiplicidade dos enfoques disciplinares atuantes no campo das ciências que estudam os esportes e as atividades físicas.

Enfim, cabe a ressalva da necessidade de entendimento do corpo de conhecimento da profissão Educação Física como um todo, não sendo este fracionado ou dicotomizado, pois a essência de suas ações além de práticas é voltada ao gerenciamento de trabalhos manuais, ou nos seus termos, o exercício físico. Onde relegado ao revés de sua desvalorização - pela atividade corporal – refletiria numa maior valorização dos discursos das ciências mães como legitimadora das ações técnico-científica. Assim, sem o devido cuidado, a Educação Física passaria a um status de biologia aplicada ao esforço físico apenas.

Interessante salientar, neste momento, que os elementos constitutivos da formação para o judô por vezes apresentam-se diversas - e até mesmo contraditórias - compreensões do mesmo objeto, impressões advindas da pesquisa científica e da Educação Física enquanto profissão regulamentada ([BRASIL](#), 1998) – que traz consigo não só o status de profissão, mas também exige uma qualificação específica para o trabalho com o esporte de forma geral -, contrasta com o tradicionalismo do mestre presente no judô. Isto devido a haver uma compreensão da

realidade difusa dos que atua neste mesmo “palco social”.

O entendimento da intervenção em lutas, assim como do mapeamento do campo profissional, podem ser indícios de uma possível transição de paradigmas, referente à superação do paradigma “pré-moderno” (DOLL JR, 1997) - este pautado nos modelos das escolas de ofício (medievais) - contrapondo-se ou resistindo ao moderno - pautado pela industrialização e profissionalização.

Este fato é relevante para a Educação Física, enquanto profissão, pois as Federações e Confederações de Lutas estão no embate social posicionando-se em contrário à sua relação com a Educação Física, na tentativa da manutenção das suas prerrogativas especiais, socialmente aceitas.

A análise do judô e os “achados” artesanais

Continuando com a proposta de estudo, entende-se a profissão, neste caso, como sendo o pilar estruturador da própria Educação Física, assim como se pensa que o judô estaria se estruturando sobre a concepção das corporações e o ofício. Convém também salientar que apesar da construção do Judô no país ser independente da Educação Física, a modalidade inclui todos os aspectos do movimento, dos exercícios físicos, sendo um campo de estudo da motricidade humana (BARROS, 1996).

Para análise do judô enquanto artesanal, várias informações foram registradas sobre a formação do técnico desportivo de judô em relação aos documentos de Federações e da Confederação em Drigo (2007). No universo de documentos consultados e analisados houve um esforço na busca de investigar a formação do técnico desportivo de judô e suas variações, a saber: instrutor, auxiliar técnico, monitor, treinador, etc. Porém os elementos encontrados estavam relacionados à formação do faixa preta, sendo que o credenciamento como técnico - posterior a esta formação - existe, porém não são explicitados os critérios (se há) de formação deste.

Foi verificado que para o credenciamento técnico, questões como a carga horária e os temas desenvolvidos, não discutem a formação técnica em si, mas apenas as relações de

conduta e arbitragem que, apesar de fazerem parte do conhecimento técnico, espera-se que a formação técnica deva contemplar o conhecimento mais diversificado sobre questões da Metodologia do Treinamento Desportivo e áreas correlatas. Neste caminho, entendeu-se a relação com os métodos artesanais prevista no estudo sobre as escolas de ofício, onde o elemento “saber fazer” se destaca dentre suas atividades (RUGIU, 1998). Portanto, para estudar a estrutura de formação para o Judô torna-se importante o estudo sobre a aquisição da faixa preta.

O tipo de formação anterior ao exame qualificatório para faixa preta, assemelha-se uma pirâmide invertida com direcionamento de progressão de movimentos e golpes de movimentos específicos, em que o domínio progressivo do número de técnicas será o responsável pela qualificação em uma nova fase ou faixa. Conforme as faixas forem superadas ou a aquisição de maiores números de golpes forem adquiridos mais se apresenta a valorização tanto do saber fazer, como das características que anteriormente foram citadas - os aprendizes em essência aprendem fazendo e as atividades práticas são consideradas tão formativas do caráter quanto os estudos formais.

Corroborando com esta idéia a questão do tempo mínimo de permanência em cada faixa, inclusive nas faixas de graduação superiores e de domínio das federações. Sendo considerado que o praticante deve passar no mínimo cinco anos e seis meses de treinamento para chegar à faixa preta, caso tenha aproveitamento total em todas as fases e os exames forem coincidentes com todos os períodos de carência (DRIGO, 2007). As normas técnicas e estruturas duradouras são aprendidas pelos judocas de forma prática, isto é, através da vivência e convivência duradoura com o treinamento de judô, e está apontado claramente como um dos princípios básicos das Escolas de Ofício, o aprender fazendo, o saber fazer esteve sempre relacionado à formação do judoca. Isto fica claro pela LPJ – Liga Paulista de Judô - quando expõe:

A ética e a etiqueta dentro do Judô estão diretamente associadas à sua expressão máxima: a educação, a prosperidade e o respeito mútuo. Como instrumento de educação, o Judô é formado por um conjunto de atitudes e posturas, que tem sua prática associada tanto à técnica quanto à filosofia. Do respeito a esse conjunto de atitudes e posturas é que depende

a sobrevivência da essência e do verdadeiro espírito do Judô.

Normalmente o judoca aprende a se conduzir dentro do Dojo de forma intuitiva, vendo e repetindo posturas e atitudes. A Etiqueta vem sendo transmitida, muitas vezes informalmente, de geração para geração, dentro dos princípios que deram origem ao Judô. ([MORANDINI NETO](#), 2004, p.10).

O caminho da prática leva ao destino de faixa preta, aonde os exames e quesitos para chegar aos graus de formação do judô, são os critérios para participar do exame:

Art. 4º - Os candidatos à shodan, nidan, sandan e yondan deverão, no ano em que irão prestar exame:

- a) se inscrever com a autorização do professor de sua agremiação, que deverá estar com a sua situação regularizada na FJERJ e CBJ;
- b) ter carência para promoção no ato da inscrição;
- c) freqüentar integralmente todos os módulos da Federação de Judô do Estado do Rio de Janeiro, podendo ter apenas uma falta.” ([FJERJ](#), 2007, p. 18).

Neste momento aparece claramente a questão do “professor”, em que a autorização do mesmo é condição para prestar o exame. Isto denota outra característica da escola de ofício, a presença do “Mestre” no processo. Impreterivelmente, após aprender fazendo, a figura do “mestre” estará presente nas relações entre o aluno e a entidade administrativa, sendo que seu aval será o condicionante para a ascensão do praticante no espaço social do judô. Esta necessidade é tão evidente que o mesmo documento considera que, caso não houver um “professor” mais graduado que o candidato na associação que pertence, outro “Mestre” deverá ser responsável pela sua indicação:

Parágrafo 2º - O candidato à promoção de Dan, filiado à agremiação federada à FJERJ, que não tenha no professor responsável a graduação mínima exigida, ou seja, a graduação superior à do candidato para regularizar a sua inscrição no processo de exame para promoção, poderá solicitar a outro professor, de outra agremiação federada à FJERJ e com graduação reconhecida por esta e pela CBJ, que assine os respectivos formulários e compareça às reuniões programadas, dessa forma atendendo a essa exigência.” ([FJERJ](#), 2007, p. 18).

Como é de praxe, as normas da FPJ – Federação Paulista de Judô - para inscrição são as mesmas para as carências e indica, como na FJERJ, a mesma necessidade da permissão do “professor”, porém há ainda a necessidade do aval de um mestre intermediário – delegado

regional – para dar entrada na inscrição do exame:

Artigo 4º. Parágrafo único: A ficha de inscrição deverá conter a declaração do Professor Responsável o qual dará a sua autorização, atestando que o candidato possui idoneidade moral e se responsabilizando pelo mesmo, e bem como, receber parecer do Delegado Regional ou de um membro da Delegacia, especialmente designado para essa finalidade. ([FPJ, 2006a](#); [2006b](#); e [2007](#))

A FPJ é a primeira, pelos documentos analisados que define claramente o conteúdo exigido para o exame de formação de faixa preta, definindo este como:

Artigo 7º - Para candidatos do 1º ao 5º DAN, o Exame de Graduação deverá abranger as seguintes áreas:

1) Conhecimento teórico - História, filosofia e ética do Judô, princípios de ensino e pedagogia do Judô, organização esportiva do Judô, noções de socorros de urgência, arbitragem de competições de Judô;

2) Conhecimento prático - demonstrar habilidades técnicas, conforme consta do Artigo 10º do Regulamento de Promoção e Controle de Faixas da CBJ.

Parágrafo único: Os candidatos do 3º ao 5º DAN deverão ainda, demonstrar experiência no ensino dos fundamentos básicos do Judô destinado aos iniciantes (até 1º Kyu). ([FPJ, 2006a](#); [2006b](#); e [2007](#)).

Munido desta informação é confirmada a relação predominante do domínio prático na formação de faixa preta e, ao que se refere ao domínio teórico, está centrado em elementos formativos direcionados a uma formação específica, podendo considerar o único elemento de formação geral o curso de primeiros socorros. Pela observação do rol de elementos que são cobrados para o exame, pouca ou nenhuma relação é feita com a Metodologia de Treino ou Ciências do Desporto. A questão da prática da academia, do cotidiano no tatame e do *Habitus* do judô imperam em relação ao exame, tendo até mesmo dominância quando se trata do conhecimento teórico.

Considerações Finais

Este ensaio discorreu sobre a questão das semelhanças entre o espaço social do judô e as Escolas de Ofício enfatizando o artesanato como parâmetro de formação. Com isto pode-se indicar que:

- Os aprendizes judocas aprendem essencialmente fazendo;

- A figura do mestre é claramente responsável por toda formação do aprendiz, tanto formal como legalmente.
- As atividades práticas são consideradas formativas.

Conforme a análise, foi verificada que a principal fonte de conhecimentos provém da prática e a avaliação do saber fazer foi a condição *sine qua non* atribuída para o desenvolvimento dentro do desporto. Da mesma forma, pressupõem o domínio técnico como um *tesouro a ser preservado*, colocando-o a frente de vários fatores e prioridades, como por exemplo, os desafios da própria modernidade.

No âmbito dos documentos, foi evidenciada a figura do mestre enquanto responsável não só pela educação como pela tutoria do aprendiz perante o judô, onde qualquer atividade dentro de sua formação deverá, em primeira instância, ser pela permissão por escrito de seu “superior”. Os cursos que são pré-requisitos da formação de técnico de judô se relacionam com a faixa-preta, primeiramente, e os conteúdos destes cursos, se não exclusivamente, pelo menos predominantemente são de atividades de demonstração de elementos técnicos.

O desenvolvimento científico e tecnológico está muito distante do cotidiano, sendo evidenciado, inclusive, no fato de que não há referência ao conhecimento tecnológico-científico, ficando centrada nos valores artesanais, em que as diferenças com relação ao modelo de formação profissional – no caso em Educação Física – vão desde a necessidade da tutela de um mestre, até a inexistência de um curso adequado de formação e desenvolvimento do aspirante a técnico.

Referências

- BARROS, J. M. C. Educação Física: perspectivas e tendências na profissão. **Motriz**, vol. 2, n.1, junho/1996. p. 49-52
- BENTO, J. **Desporto ética sociedade**. Actas do Fórum Desporto Ética Sociedade, realizado na Universidade do Porto em 5, 6 e 7 de Dezembro de 1989. Porto/ Portugal: Universidade do Porto, 1989.
- BRASIL. Congresso Federal. Lei nº 9.696, de 1º de set. de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselhos Federal e Regional de Educação Física. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, nº 168 de 02 de setembro de 1998.
- CUNHA, M. S V. **Motricidade Humana: um paradigma emergente**. Blumenau: Ed. Da FURB, 1995.
- CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.
- DOLL JÚNIOR, W. **Currículo: uma perspectiva pós-moderna**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. (224 p.)
- DRIGO, A. J. **O judô: perspectiva com a regulamentação da profissão de educação física**. Dissertação (Mestrado em Pedagogia da Motricidade Humana) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2002.
- _____. **O judô; do modelo artesanal ao modelo científico: um estudo sobre as lutas, formação profissional e construção do *Habitus***. 2007. 302f. Tese (Doutorado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- ELLIOT, B.; MESTER, J. **Treinamento no Esporte: Aplicando Ciência no Esporte**. Guarulhos, SP: Phorte Editora, 2000.
- FJERJ (Rio de Janeiro). **Regulamento técnico e administrativo da Federação de Judô do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2007. 32 p. Disponível em:
- <http://www.judorio.org.br/federacao/Regulamento%20Tecnico_Adm.pdf>. Acesso em: 15 out. 2007.
- FREIDSON, E. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n. 31, ano 11, p. 141-154, 1996.
- FPJ (São Paulo). **Exame De Graduação Para Faixa Preta**. São Paulo, 2000. 7 p. Disponível em: <<http://www.fpj.com.br/arquivos/secr20.doc>>. Acesso em: 10 jul. 2006a.
- FPJ (São Paulo). **Exame De Graduação Para Faixa-Preta De Judô**. São Paulo, 2004. 1 p. Disponível em:
- <http://www.fpj.com.br/noticias/noticias.php?id=exame_16-04-2004.htm&titulo=../imagem_padrao/tit_secretaria.gif>. Acesso em: 12 out. 2006b.

FPJ (São Paulo). **Exame De Graduação Para Faixa-Preta De Judô: regulamento 2007** com as devidas alterações para o 2º. semestre. São Paulo, 2007. 7 p. Disponível em: <http://www.fpj.com.br/secretaria/ex_grad07-reg.doc>. Acesso em: 2 mar. 2007.



Motriz. Revista de Educação Física. UNESP, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1980-6574 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)

LOVISOLO, H. **Educação Física: a arte da mediação**. Rio de Janeiro: Sprint, 1997.

MORANDINI NETO, A (São Paulo). LPJ. **Apostila de Graduação**. São Paulo, 2004. 17 p. Disponível em:

<http://www.ligadejudopaulista.com.br/Downloads/Apostila_graduacao.doc>. Acesso em: 21 mar. 2006.

RUGIU, A. S. **Nostalgia do mestre artesão**. 1 ed. Campinas- SP: Autores Associados, 1998

SIFF, M. C.; VERKHOSHANSKY, Y. **Superentrenamiento**. Barcelona, Espanha: Editorial Paidotribo, s. d.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 31-55.

VENUTO, Adriana. **Astrology as a burgeoning professional field**. *Dados*. [online]. 1999, vol.42, no.4 [cited 21 May 2006], p.761-801. Available from World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000400005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0011-5258.

VERJOSHANSKI, I. V. **Entrenamiento desportivo**: Planificación y programación, Barcelona: Libergraf, 1990.

Esse artigo foi apresentado no IV Seminário de Estudos e Pesquisas em Formação Profissional no Campo da Educação Física- NEPEF, realizado na UNESP/Bauru de 20 a 23 de novembro de 2008.

Endereço:

Alexandre Janotta Drigo
Av. 24 A, 1515 – Bela Vista
Rio Claro SP Brasil
13506-900
Fonefax: (19) 3526-4245
e-mail: alexandredrigo@hotmail.com

Recebido em: 30 de setembro de 2008.

Aceito em: 1 de novembro de 2008.